



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
COMISSÕES COORDENADORAS

Edital n.º 001/2014 – CFSd PM/BM 2014

CONCURSO PÚBLICO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA

Pelo presente Edital, as Comissões Coordenadoras do **CONCURSO PÚBLICO** para o **CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR (PMPB) E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR (CBMPB) DO ESTADO DA PARAÍBA**, em cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 7.605, de 28 de junho de 2004, em harmonia com artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, e usando das competências que lhes foram atribuídas, respectivamente, mediante as Portarias, do Comandante-Geral da PMPB n.º GCG/0024/2014-CG, publicada no DOE nº 15.480, de 09/03/2014, transcrita no Bol PM nº 046/2014; e do Comandante Geral do CBMPB, nº DP/035/2014-QCG, publicada no DOE nº 15.497, de 29/03/2014, transcrita no BOL BM nº 060/2014; **TORNAM PÚBLICO** que será realizado Concurso Público destinado ao provimento de claros para os cargos de Soldado da Qualificação Policial Militar - QPC, e da Qualificação Bombeiro Militar – QBM-0, conforme normas contidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1** O concurso público será regido pelas regras estabelecidas neste Edital e será executado pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação – IBFC, sendo de sua responsabilidade os Exames Intelectual e Psicológico. As demais etapas serão de responsabilidade da PMPB/CBMPB.
- 1.2** É de inteira responsabilidade do candidato inscrito o acompanhamento da divulgação das informações referentes a este concurso público.
- 1.3** Este concurso contará com as seguintes Etapas e atenderão os seguintes critérios:

ETAPA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO
PRIMEIRA	Exame Intelectual	Classificatório e Eliminatório
SEGUNDA	Exame Psicológico	Eliminatório
TERCEIRA	Exame de Saúde	Eliminatório
QUARTA	Exame de Aptidão Física	Eliminatório
QUINTA	Avaliação Social	Eliminatório

- 1.4** Para a realização dos Exames Psicológico, de Saúde e de Aptidão Física, os candidatos serão convocados por grupo, obedecendo-se às datas e horários estabelecidos nos respectivos atos convocatórios.
- 1.5** Não haverá, sob qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das etapas do concurso constante neste edital, nem será permitida a realização de qualquer etapa deste concurso, fora do local e horário previamente estabelecido no edital de convocação, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do concurso.
- 1.6** Este Concurso terá validade de 1 (um) ano, a contar da data da publicação da homologação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração.

1.7 Todas as provas, testes ou exames de todas as etapas deste concurso serão realizadas em João Pessoa - PB, ressalvada a primeira etapa, correspondente ao Exame Intelectual, na qual o candidato poderá optar pelo município que quer realizar a prova, conforme item 4.10 deste Edital.

2 DOS REQUISITOS

2.1 Para se credenciar ao ingresso na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, o candidato deve preencher os seguintes requisitos:

- 2.1.1 ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.1.2 estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.1.3 não ter antecedentes criminais ou policiais;
- 2.1.4 achar-se em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- 2.1.5 ter idoneidade moral e conduta pregressa compatível com o cargo de militar estadual pretendido;
- 2.1.6 Ter concluído o ensino médio ou equivalente;
- 2.1.7 ter sido aprovado no Exame Intelectual, considerado indicado no Exame Psicológico, apto nos Exames de Saúde e de Aptidão Física, e na Avaliação Social, e estar classificado dentre as vagas previstas neste Edital;
- 2.1.8 ter altura mínima de 1,65 m (um metro e sessenta e cinco centímetros), se do sexo masculino, e de 1,60 m (um metro e sessenta centímetros), se do sexo feminino;
- 2.1.9 completar, no ano da matrícula no curso, 18 (dezoito) anos de idade, no mínimo, e 30 (trinta) anos de idade, no máximo;
- 2.1.10 preencher as demais exigências constantes neste Edital e suas normas complementares.

3 DAS VAGAS/CARGOS

3.1 O Concurso de que trata este Edital oferece 520 (**quinhentos e vinte**) vagas para a **POLÍCIA MILITAR, sendo 494 (quatrocentos e noventa e quatro) para o sexo Masculino** e 26 (**vinte e seis**) vagas para o **sexo Feminino**, para o preenchimento de claros existentes na PMPB, consoante a Lei Complementar nº 87, datada de 02 de dezembro de 2008, que fixa o seu efetivo, assim distribuídas nas diversas Organizações Policiais Militares (OPM); e, **80 (oitenta) vagas para o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, sendo 72 (setenta e duas) para o sexo Masculino e 08 (oito) para o sexo Feminino**, para o preenchimento de claros no CBMPB, conforme a Lei nº 8.443, de 28 de dezembro de 2007, que estabelece o seu efetivo, assim distribuídas nas diversas Organizações Bombeiros Militares (OBM).

3.2 As vagas ofertadas neste concurso serão distribuídas, conforme quantitativo indicado nas Tabelas seguintes:

CARGO	COMANDO REGIONAL	SEDE	Nº DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
			MASCULINO	FEMININO	
Soldado PM Combatentes - QPC	CPRM	João Pessoa	250	10	260
	CPR I	Campina Grande	160	10	170
	CPR II	Patos	84	06	90
TOTAL			494	26	520

CARGO	COMANDO REGIONAL	SEDE	Nº DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
			MASCULINO	FEMININO	
Soldado BM Combatentes – QBMP - 0	1º CRBM	João Pessoa	27	03	30
	2º CRBM	Campina Grande	18	02	20
	3º CRBM	Patos	27	03	30
TOTAL			72	08	80

3.3 Não haverá vagas destinadas às pessoas com deficiência em virtude de incompatibilidade com as atribuições do cargo, pois se trata de serviço ligado à segurança pública, à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio público, tratando-se, portanto, de função que envolve grande risco e exigindo dos Militares estaduais plena capacidade física, visual, auditiva e mental, conforme disposto no Art. 38, inciso II do Decreto Federal nº 3.298/99, combinado com o Artigo 4º da Lei nº 7.605/2004 (Lei de Ingresso da PMPB).

3.4 Cargo: Policial Militar Combatentes - QPC

3.4.1 Remuneração do cargo:

- a) Durante o Curso de Formação de Soldados – PM/1: Bolsa equivalente a um salário mínimo vigente.
- b) Após conclusão com Aproveitamento do Curso de Formação de Soldados – PM/2: **R\$ 2.548,16** (Podendo ainda receber adicional por Plantão Extra Remunerado até o valor de **R\$ 1.025,46**), além de gratificações específicas decorrentes do exercício de suas funções.

3.4.2 Jornada de Trabalho: Regime de tempo integral e com dedicação exclusiva.

3.4.3 Regime Jurídico: Estatutário – Lei Nº 3.909/77

3.4.4 Atribuições do cargo: A atividade militar consiste na dedicação integral, a qual está restrita a obrigação do militar estadual, independente de quadro, qualificação, especialização, atividade técnica, sexo ou nível hierárquico, ao cumprimento da jornada de trabalho, que compreende serviços de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, instruções, ações e operações, exercícios de adestramento, revistas, formaturas, paradas, diligências, patrulhamento, expediente, serviços de escalas ordinárias, extraordinárias e especiais e outros encargos estabelecidos pelo respectivo chefe ou comandante, por períodos e turnos variáveis e subordinados apenas aos interesses do dever ou da missão militar, bem como desempenhar outras atividades de interesse institucional da Polícia Militar do Estado da Paraíba no âmbito de todo o seu território.

3.4.5 Escolaridade: ensino médio completo ou equivalente.

3.4.5.1 A comprovação será feita através de Certificado de conclusão do Nível Médio (antigo segundo grau), devidamente registrado, fornecido por instituição reconhecida pelo MEC ou pelas Secretarias Estaduais de Educação, acompanhado de histórico escolar.

3.4.5.2 A documentação apresentada em desacordo com o disposto no item 3.4.5.1 não será aceita.

3.4.5.3 A verificação de autenticidade do certificado de que trata o item 3.4.5.1 será processada pela Polícia Militar da Paraíba e sua inautenticidade implicará na eliminação do candidato deste concurso público, a qualquer tempo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.5 Cargo: Bombeiro Militar Combatentes – QBMP - 0

3.5.1 Remuneração do cargo:

- a) Durante o Curso de Formação de Soldados : Bolsa equivalente a um salário mínimo vigente.
- b) Após conclusão com Aproveitamento do Curso de Formação de Soldados: **R\$ 2.548,16** (Podendo ainda receber adicional por Plantão Extra Remunerado até o valor de **R\$ 1.025,46**), além de gratificações específicas decorrentes do exercício de suas funções.

3.5.2 Jornada de Trabalho: Regime de tempo integral e com dedicação exclusiva.

3.5.3 Regime Jurídico: Estatutário – Lei Nº 3.909/77

3.5.4 Atribuições do cargo: Promover a Segurança Pública e a Defesa Social através de ações e operações de Bombeiro Militar, e ainda, integrar guarnições e operações de salvamento e combate a incêndios, executar ações de Defesa Civil, auxiliar na realização de vistorias técnicas em edificações visando à prevenção contra incêndio e pânico, executar ações e operações de Bombeiro Militar, participar do desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas para a segurança de pessoas e bens, atuar em Socorro de Resgate e atendimento Pré-Hospitalar, pôr em prática o lema da Corporação: *Vida Alheia e Riquezas Salvar!*.

3.5.5 **Escolaridade:** ensino médio completo ou equivalente.

3.5.5.1 A comprovação será feita através de Certificado de conclusão do Nível Médio (antigo segundo grau), devidamente registrado, fornecido por instituição reconhecida pelo MEC ou pelas Secretarias Estaduais de Educação, acompanhado de histórico escolar.

3.5.5.2 A documentação apresentada em desacordo com o disposto no item 3.5.5.1 não será aceita.

3.5.5.3 A verificação de autenticidade do certificado de que trata o item 3.5.5.1 será processada pelo Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba e sua inautenticidade implicará na eliminação do candidato deste concurso público, a qualquer tempo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4 **DAS INSCRIÇÕES**

4.1 Antes de efetuar o pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para participação no concurso público estabelecidos neste Edital. Será cancelada a inscrição se for verificado, a qualquer tempo, o não atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital.

4.2 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

4.3 O candidato ao efetuar sua inscrição não poderá utilizar abreviaturas quanto ao nome, idade, localidade.

4.4 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo a PMPB, o CBMPB e o IBFC excluir do Concurso Público aquele que a preencher com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

4.5 Não será aceita solicitação de inscrição encaminhada por fax, por via postal, via correio eletrônico ou qualquer outro meio não admitido neste Edital.

4.6 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional e extemporânea.

4.7 No ato da inscrição o candidato deverá optar pelo **CARGO/COMANDO REGIONAL/GÊNERO** a que vai concorrer à vaga, conforme previsto no item 3.2 deste Edital.

4.8 O candidato só poderá concorrer para um **CARGO/COMANDO REGIONAL/GÊNERO** relacionados na tabela do item 3.2 deste Edital. Ocorrendo mais de uma inscrição de um mesmo candidato para opções diferentes, prevalecerá a última, definida por ordem cronológica.

4.9 Não será admitida ao candidato a alteração da opção **CARGO/COMANDO REGIONAL/GÊNERO**, após efetivação da inscrição.

4.10 O candidato no ato da inscrição poderá optar pelo local de realização das provas da primeira etapa nos seguintes municípios: João Pessoa, Campina Grande, Patos ou Cajazeiras, no estado da Paraíba.

4.10.1 Não será admitida ao candidato a alteração do município de realização da prova, após efetivação da inscrição.

4.11 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.12 As inscrições para este Concurso Público serão realizadas exclusivamente pela *Internet*, no endereço eletrônico do IBFC www.ibfc.org.br, no período de **8h do dia 07 de maio de 2014** até às **23h59min do dia 08 de junho de 2014**, observado o horário de Brasília.

4.13 Para efetuar a inscrição é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física-CPF do candidato.

- 4.14** Após a confirmação da inscrição, que ocorrerá ao término da operação, o candidato deverá imprimir o boleto bancário para efetuar o pagamento do valor de inscrição até o dia do vencimento impresso no boleto, em qualquer agência bancária.
- 4.15** O recibo do pagamento do boleto bancário será o comprovante de que o candidato realizou sua inscrição neste concurso público.
- 4.16** A inscrição do candidato somente será concretizada após a confirmação do pagamento do valor de inscrição.
- 4.17** Não será válida a inscrição cujo pagamento seja realizado por depósito em caixa eletrônico, pelo correio, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, condicional, agendamento eletrônico, cheque ou fora do período de inscrição ou por qualquer outro meio que não o especificado neste Edital.
- 4.18** A PMPB, o CBMPB e o IBFC não se responsabilizam por solicitações de inscrição via Internet que deixarem de ser concretizadas por motivos externos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ausência de energia elétrica e outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, salvo quando se tratar de falha técnica ou operacional no endereço eletrônico onde serão processadas as inscrições.
- 4.19** O candidato inscrito por terceiro assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do requerimento de inscrição disponível pela via eletrônica.
- 4.20** O valor de inscrição será de **R\$ 70,00 (setenta reais)**.
- 4.21** O valor da inscrição não será devolvido ao candidato, salvo nas hipóteses de pagamento em duplicidade, extemporâneo ou em caso de cancelamento ou suspensão do concurso.
- 4.22** O candidato que não efetuar o pagamento de sua inscrição, até a data do vencimento, poderá utilizar a opção de imprimir a **2ª via do boleto** até o dia subsequente ao término da inscrição. Após esta data, o candidato que não efetuar o pagamento da inscrição, ficará impossibilitado de participar do concurso.
- 4.23** Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
- 4.24** O pagamento efetuado por meio de débito em conta agendado que, por qualquer motivo, não for efetivado, tornará automaticamente sem efeito a inscrição.
- 4.25** Os candidatos que não atenderem ao item **2.1.9** do presente Edital (Idade mínima ou máxima exigida) serão automaticamente eliminados do concurso após a análise dos dados fornecidos no processo de inscrição.
- 4.26** Encerrado o prazo de inscrição e esgotado o prazo permitido para pagamento da taxa de inscrição, impresso no boleto, mesmo tendo o candidato conseguido realizar o pagamento da taxa inscrição após o prazo permitido, este estará impossibilitado de participar do Concurso, e a sua inscrição será tornada sem efeito.
- 4.27** Poderá solicitar a isenção de pagamento da taxa de inscrição neste concurso público, os doadores de sangue na rede hospitalar pública, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado da Paraíba, nos termos da Lei Estadual da Paraíba n.º 7.716, de 28 de dezembro de 2004.
- 4.28** Para a comprovação da situação referida no item 4.27, é necessária a remessa de cópia simples dos seguintes documentos:
- a)** comprovante de solicitação de isenção da taxa de inscrição;
 - b)** documento de Identidade;

- c) Carteira de doador de sangue expedida por Órgão Estadual conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS);
- d) comprovação de no mínimo 3 (três) doações à rede hospitalar pública ou conveniada ao SUS, nos 12 (doze) meses anteriores à publicação deste Edital

- 4.29** Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, o candidato deverá acessar, no período de **8h do dia 07 de maio de 2014** até às **23h59min do dia 09 de maio de 2014**, observado o horário de Brasília, o “link” Isenção da Taxa de Inscrição no site do IBFC (www.ibfc.org.br);
- 4.30** O pedido de isenção, contendo formulário de solicitação, disponível no endereço eletrônico do IBFC (www.ibfc.org.br) e os demais documentos comprobatórios referidos no item 4.28, deverão ser encaminhados, via SEDEX, ao IBFC à Rua Waldomiro Gabriel de Mello, 86 - Chácara Agrindus - Taboão da Serra – SP – 06763.020, com o título de **“ISENÇÃO – POLÍCIA MILITAR/PB”**, com data de postagem limite até o dia **10 de maio de 2014**.
- 4.31** O requerimento do pedido de isenção e demais documentos comprobatórios referidos no item 4.28, poderão, ainda, ser entregues pessoalmente nos postos de apoio à inscrição, constantes no Anexo II, no horário de **9:00 às 15:00 horas**, até o dia **10 de maio de 2014**.
- 4.32** Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação, sendo vedado o envio de documentos de mais de um candidato no mesmo envelope.
- 4.33** As informações prestadas no requerimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, previsto neste Edital, serão de inteira responsabilidade do candidato.
- 4.34** A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento da taxa de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.35** Encerrado o prazo de postagem de documentos, não será permitida a complementação da documentação.
- 4.36** Não será aceita solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição via fac-símile (fax), via correio eletrônico ou qualquer outra forma que não seja prevista neste Edital.
- 4.37** A comprovação da tempestividade do requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição será feita pelo registro da data de postagem, ou pelo protocolo de recebimento dos postos de apoio.
- 4.38** Para fins de isenção do pagamento da taxa de inscrição, a documentação comprobatória será analisada pelo IBFC.
- 4.39** A partir de **23 de maio de 2014** o resultado da análise do requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição será disponibilizado no endereço eletrônico www.ibfc.org.br.
- 4.40** O candidato que tiver sua solicitação de isenção deferida terá sua inscrição efetivada automaticamente no concurso.
- 4.41** Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferidos e que mantiverem interesse em participar do certame, deverão efetuar sua inscrição, observando os procedimentos previstos no item 4 deste Edital.
- 4.42** Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 4.43** A partir de **30 de junho de 2014** o candidato deverá conferir, no endereço eletrônico www.ibfc.org.br **através das inscrições homologadas (efetivadas)**, se os dados da inscrição foram recebidos e o pagamento processado. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de

5 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO EXAME INTELECTUAL

5.1 As provas do exame intelectual constarão de questões objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório sendo constituídas conforme o quadro a seguir:

CONHECIMENTOS	Nº DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	TOTAL DE PONTOS	PONTUAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Língua Portuguesa	20	1,25	25	10 pontos (40%)
Raciocínio Lógico	10	1,25	12,5	5 pontos (40%)
Geografia da Paraíba	10	1,25	12,5	5 pontos (40%)
História da Paraíba	10	1,25	12,5	5 pontos (40%)
Noções de Direito e Sociologia	30	1,25	37,5	15 pontos (40%)
Conjunto total das provas	80	1,25	100	50 pontos (50%)

5.2 Os conteúdos programáticos referentes à Prova Objetiva de Múltipla Escolha são os constantes do **Anexo III** deste Edital.

5.3 A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será composta de **80 (oitenta) questões** distribuídas pelos conhecimentos, sendo que cada questão conterà 4 (quatro) alternativas, com uma única resposta correta, pontuadas conforme Tabela do subitem 5.1.

5.4 A Prova Objetiva de Múltipla Escolha de todos os candidatos será corrigida por meio de leitura ótica.

5.5 A pontuação de cada prova se constituirá da soma dos pontos obtidos pelos acertos em cada item de conhecimentos, ponderados pelos respectivos valores das questões.

5.6 Estará eliminado deste concurso o candidato que não obtiver o mínimo de **40% (quarenta por cento)** do total de pontos atribuídos a cada prova de conhecimentos e/ou não obtiver o mínimo de **50% (cinquenta por cento)** do total de pontos atribuídos ao conjunto de todas as provas, conforme o quadro do item 5.1.

6 DA REALIZAÇÃO DO EXAME INTELECTUAL

6.1 A aplicação da Prova Objetiva de Múltipla Escolha está **prevista** para o **dia 27 de julho de 2014**, e será realizada no Estado da Paraíba, nas cidades constantes no item 4.10 deste edital.

6.2 A duração da Prova Objetiva será de **04 (quatro) horas**, incluído o tempo para leitura das instruções e preenchimento das folhas de respostas, referente à Prova Objetiva de Múltipla Escolha, sendo responsabilidade do candidato observar o horário estabelecido.

6.3 O local, a sala e o horário de realização das provas serão disponibilizados no endereço eletrônico www.ibfc.org.br, a partir de **21 de julho de 2014**.

6.4 Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares adequados existentes para realização de provas a PMPB, o CBMPB e o IBFC reservam-se no direito de alocá-los em cidades próximas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

6.5 O edital de convocação confirmando o dia de aplicação das provas estará disponível no endereço eletrônico www.ibfc.org.br.

6.6 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados, domingos ou feriados.

6.7 O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização da prova, para fins de justificativa de sua ausência.

- 6.8** É de exclusiva responsabilidade do candidato tomar ciência do trajeto até o local de realização da Prova Objetiva, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo aconselhável ao candidato visitar o local de realização da prova com antecedência.
- 6.9** Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
- 6.10** O não comparecimento às provas, por qualquer motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Concurso Público.
- 6.11** Os eventuais erros de digitação de nome, número de documento de identidade, sexo e data de nascimento, deverão ser corrigidos pelos candidatos somente no dia das respectivas provas, com o fiscal de sala.
- 6.12** O candidato que não solicitar a correção dos dados deverá arcar exclusivamente com as consequências advindas de sua omissão.
- 6.13** O candidato que, por qualquer motivo, não tiver seu nome constando na Convocação, mas que apresente o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, poderá participar do Concurso Público, devendo preencher e assinar, no dia da prova, formulário específico.
- 6.14** A inclusão de que trata o item 6.13 será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.
- 6.15** Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 6.16** O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença, de acordo com aquela constante do seu documento de identidade, vedada a aposição de rubrica.
- 6.17** Depois de identificado e instalado na sala de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguardar o horário de início da prova.
- 6.18** O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- 6.19** É vedado o ingresso de candidato em local de prova portando qualquer tipo de arma.
- 6.20** O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova, constante da Convocação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do fechamento dos portões, munido de:
- a) Comprovante de inscrição;
 - b) Original de um dos documentos de identidade a seguir: carteira e/ou cédula de identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública, pela Polícia Civil, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, Cédula de Identidade para Estrangeiros, Cédula de Identidade fornecida por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal valem como documento de identidade, como, por exemplo, OAB, CRM, CREA, CRC etc., Passaporte, Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei Federal nº. 9.503/1997).
 - c) Caneta de tinta preta ou azul, lápis preto nº 2 e borracha macia.
- 6.21** Somente será admitido na sala de prova o candidato que apresentar um dos documentos discriminados no subitem anterior em perfeitas condições, de modo a permitir, com clareza, a identificação do candidato. Documentos violados e rasurados não serão aceitos.
- 6.22** A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.
- 6.23** O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identidade.

- 6.24** **Não serão aceitos**, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Boletim de Ocorrência (B.O), Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal 9.503/97, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, protocolos, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.
- 6.25** O candidato **não poderá ingressar no local onde serão realizadas as provas portando qualquer tipo de arma, câmera fotográfica, telefone celular ou qualquer outro aparelho de transmissão/recepção de sinais**, sob pena de sua eliminação do concurso.
- 6.25.1** A PMPB, o CBMPB e o IBFC **não se responsabilizarão pela guarda de nenhum dos objetos do item 6.25.**
- 6.26** Durante a prova, **não será permitido** ao candidato realizar anotações de informações relativas às suas respostas (copiar gabarito), consultas bibliográficas de qualquer espécie, usar boné, gorro, chapéu e óculos de sol, bolsas e sacolas. O descumprimento destas instruções implicará na eliminação do candidato.
- 6.26.1** Os materiais do item 6.26 deverão ser acomodados obrigatoriamente em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. O descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato.
- 6.27** O candidato que, durante a realização da prova, for encontrado portando qualquer um dos objetos especificados nos itens 6.25 e 6.26, será automaticamente eliminado do concurso.
- 6.28** O IBFC recomenda que o candidato leve apenas o documento original de identidade, lápis, borracha e caneta azul ou preta para a realização da prova e não leve nenhum dos objetos citados nos itens anteriores.
- 6.29** A PMPB, o CBMPB e o IBFC não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização de prova, nem por danos neles causados.
- 6.30** Por medida de segurança, os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas, à observação dos fiscais de sala, durante todo o período de realização das Provas.
- 6.31** No ato da realização da Prova Objetiva serão fornecidos ao candidato o Caderno de Questões e a Folha de Respostas personalizada com os dados do candidato, para aposição da assinatura no campo próprio e transcrição das respostas.
- 6.32** O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, número de inscrição, número do documento de identidade.
- 6.33** Na Prova Objetiva, o candidato deverá assinalar as respostas das questões na Folha de Respostas personalizada com caneta de tinta azul ou preta, que será o único documento válido para a correção de sua prova.
- 6.34** Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis.
- 6.35** O candidato não deverá fazer nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o seu desempenho.
- 6.36** Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato, devendo este arcar com os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente.
- 6.37** O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na capa do Caderno de Questões.

- 6.38** Objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso Público, no dia de realização das provas, o candidato será submetido ao sistema de identificação por digital e detecção de metal.
- 6.39** Em nenhuma hipótese será admitida ao candidato a alteração da cidade e local de realização da prova.
- 6.40** Somente será permitida ao candidato sair da sala de prova após transcorrido o tempo de **3 (três) horas de seu início**, mediante a entrega obrigatória, da sua folha de respostas e do seu caderno de questões, ao fiscal de sala.
- 6.40.1** O candidato que por qualquer motivo ou recusa, não permanecer em sala durante o período mínimo de 3 (três) horas, terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do concurso.
- 6.41** Será excluído do Concurso Público o candidato que:
- a) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
 - b) Não apresentar o documento de identidade exigido no item 6.20, alínea “b” deste Edital;
 - c) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
 - d) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no Item 6.40 deste Edital;
 - e) For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, ou utilizando-se de livros, notas, impressos ou calculadoras;
 - f) For surpreendido usando boné, gorro, chapéu, óculos de sol ou fazendo uso de telefone celular, gravador, receptor, pager, bip, gravador, notebook e/ou equipamento similar;
 - g) Lançar mão de meios ilícitos para executar as provas;
 - h) Não devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas conforme o item 6.40 deste Edital;
 - i) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos e/ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;
 - j) Fizer anotações de informações relativas às suas respostas (copiar gabarito);
 - k) Ausentar-se da sala de provas, portando as folhas de respostas e/ou cadernos de questões;
 - l) Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões de provas e nas folhas de respostas;
 - m) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
 - n) Não permitir a coleta de sua assinatura;
 - o) Não submeter ao sistema de identificação por digital e detecção de metal;
 - p) Fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca do local da prova, da prova e de seus participantes.
 - q) Descumprir as normas e os regulamentos durante a realização das provas.
- 6.42** A candidata que seja mãe lactante deverá preencher requerimento especificando esta condição, para a adoção das providências necessárias no próprio formulário de inscrição.
- 6.42.1** Nos horários previstos para amamentação, a mãe poderá retirar-se, temporariamente, da sala/local em que estarão sendo realizadas as provas, para atendimento ao seu bebê, em sala especial a ser reservada pela Coordenação. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 6.42.2** O bebê deverá estar acompanhado somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será indicada pela Coordenação do Concurso.
- 6.42.3** A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas.
- 6.43** O candidato que, por qualquer razão, passe a necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá encaminhar por escrito, até o dia **21 de julho de 2014**, via SEDEX ou correspondência com registro de Aviso de Recebimento (AR), ao IBFC, situado à Rua Waldomiro Gabriel de Mello, 86, Chácara Agrindus, Taboão da Serra – SP – CEP: 06763-020.

- 6.43.1** Após o prazo de inscrição o candidato que ainda necessitar de atendimento especial, deverá entrar em contato com o IBFC, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da realização das Provas, através do telefone (11) 4788.1430.
- 6.44** Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados nos itens anteriores deste Edital, não terão a prova e/ou condições especiais atendidas.
- 6.44.1** A solicitação de atendimento especial será atendida segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.
- 6.45** Excetuada a situação prevista no item 6.42.2, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização de qualquer prova, podendo ocasionar inclusive a não participação do candidato no Concurso Público.
- 6.46** Ao terminarem as Provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros.
- 6.47** No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 6.48** Constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 6.49** Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, não serão fornecidos exemplares do caderno de questões aos candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público.
- 6.50** Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas.
- 6.51** O Gabarito das Provas Objetivas será divulgado no endereço eletrônico www.ibfc.org.br, em até 02 (dois) dias úteis após a aplicação da mesma.
- 6.52** O caderno de questões da prova será divulgado no endereço eletrônico www.ibfc.org.br, na mesma data da divulgação dos gabaritos e durante o prazo recursal.
- 6.53** O espelho da folha de resposta do candidato será divulgado no endereço eletrônico do IBFC, na mesma data da divulgação das notas, e apenas durante o prazo recursal, não sendo permitido ao candidato realizar anotações de informações relativas às suas respostas (copiar gabarito), durante a realização das provas.
- 6.54** No caso de o candidato não conseguir visualizar o seu local de prova no endereço eletrônico do IBFC dentro do período fixado, deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do IBFC, pelo telefone (11) 4788-1430, de segunda a sexta-feira úteis, das 9 às 17 horas (horário de Brasília), até o 3º (terceiro) dia que antecede a aplicação das provas para as devidas orientações.

7 DA CLASSIFICAÇÃO DO EXAME INTELECTUAL

- 7.1** Será considerado aprovado no Concurso Público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação, nos termos deste Edital.
- 7.2** Os candidatos aprovados no Exame Intelectual serão classificados em ordem decrescente de nota final por opção de cargo/comando regional/ gênero.
- 7.3** Havendo empate na totalização dos pontos, serão aplicados os seguintes critérios:

- a) maior pontuação na prova de língua portuguesa;
- b) maior pontuação na prova de noções de direito e sociologia;
- c) idade mais avançada;

7.4 A relação dos aprovados no Exame Intelectual será publicada no Diário Oficial do Estado, nos Boletins das Corporações, afixada nos Quartéis do Comando-Geral PM/BM e divulgada nos endereços eletrônicos do IBFC (www.ibfc.org.br), da Polícia Militar (www.pm.pb.gov.br) e do Corpo de Bombeiro Militar (www.bombeiros.pb.gov.br) que também poderá ser acessado pelo do Governo Estadual (www.paraiba.pb.gov.br)

7.5 Serão considerados HABILITADOS, os candidatos aprovados no Exame Intelectual e que estejam dentro do limite de **3 (três) vezes o número de vagas de cada opção**, devendo os mesmos serem convocados para as demais etapas, conforme quadros abaixo:

CARGO	COMANDO REGIONAL	SEDE	Nº DE HABILITADOS		TOTAL DE HABILITADOS
			MASCULINO	FEMININO	
Soldado PM Combatentes - QPC	CPRM	João Pessoa	750	30	780
	CPR I	Campina Grande	480	30	510
	CPR II	Patos	252	18	270
TOTAL			1482	78	1560

CARGO	COMANDO REGIONAL	SEDE	Nº DE HABILITADOS		TOTAL DE HABILITADOS
			MASCULINO	FEMININO	
Soldado BM Combatentes – QBMP - 0	1º CRBM	João Pessoa	81	09	90
	2º CRBM	Campina Grande	54	06	60
	3º CRBM	Patos	81	09	90
TOTAL			216	24	240

7.6 Os candidatos que não forem HABILITADOS, nos termos do presente Edital, serão automaticamente ELIMINADOS do certame.

8 DO EXAME PSICOLÓGICO

8.1 O Exame Psicológico, de caráter eliminatório, destinar-se-á a verificar, mediante um conjunto de procedimentos objetivos e científicos, a compatibilidade das características psicológicas do candidato à função de Policial Militar e de Bombeiro Militar.

8.2 Os testes Psicológicos a serem aplicados são instrumentos de avaliação de mensuração de características psicológicas, constituindo-se em um método ou técnica de uso privativo do psicólogo, nos termos do Art. 13 da Lei nº 4.119, de 27/08/1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

8.3 O Exame Psicológico consistirá na análise objetiva e padronizada de características cognitivas, emocionais e da personalidade, podendo ser aplicado coletivamente. Para tanto, poderão ser utilizados testes, questionários ou inventários aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia e realizados por psicólogos registrados no Conselho Regional de Psicologia.

8.4 No dia da realização dos testes o candidato deverá atentar-se apenas às instruções que forem transmitidas pelos psicólogos responsáveis pela aplicação.

8.4.1 Nas horas que antecedem a Avaliação Psicológica, os candidatos deverão observar os seguintes cuidados:

- a) Dormir bem na noite anterior, sendo desejável pelo menos oito horas de sono;
- b) Alimentar-se adequadamente no café da manhã e/ou almoço, com uma refeição leve e saudável;
- c) Evitar a ingestão de bebidas alcoólicas.

8.5 Os instrumentos utilizados para avaliar o perfil psicológico do candidato, a fim de verificar sua capacidade de adaptação e seu potencial de desempenho positivo, serão definidos segundo os critérios objetivos e os parâmetros estabelecidos pelo Perfil Profissiográfico através das características abaixo:

8.5.1 Controle Emocional superior (habilidade para reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento);

8.5.2 Resiliência superior-(capacidade para lidar com efeitos nocivos das adversidades, saindo desta situação fortalecida);

8.5.3 Relacionamento Interpessoal médio - (Capacidade para relacionar-se com outras pessoas, percebendo e reagindo adequadamente às necessidades, sentimentos e comportamentos dos outros.);

8.5.4 Disposição para o trabalho superior - (Capacidade para lidar, de maneira produtiva, com tarefas sob sua responsabilidade, participando delas de maneira construtiva);

8.5.5 Raciocínio Lógico médio - (Capacidade para identificar fatos isolados, perceber o conteúdo de um conceito em toda a sua extensão, estabelecendo relações entre os dados analisados);

8.5.6 Impulsividade inferior - (Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo);

8.5.7 Agressividade média - (Manifestação de tendência ao ataque em oposição à fuga de perigos ou enfrentamento de dificuldades);

8.5.8 Responsabilidade superior - (Capacidade de seguir um método, uma ordem, uma maneira de ser e de agir);

8.5.9 Flexibilidade média - (Capacidade de diversificar seu comportamento, de modo adaptativo, atuando adequadamente, de acordo com as exigências de cada situação em que estiver inserido);

8.5.10 Ansiedade média - (Aceleração das funções orgânicas, causando agitação emocional que pode afetar a capacidade cognitiva do candidato);

8.5.11 Iniciativa média - (Capacidade de agir adequadamente sem depender de ordem ou decisão superior em situações específicas.);

8.5.12 Liderança média superior - (Capacidade de conduzir as pessoas influenciando de forma positiva para que contribuam voluntariamente com os objetivos da instituição);

8.5.13 Sinais fóbicos e disrítmicos ausentes

8.6 Desta análise resultará o parecer dos seguintes resultados:

8.6.1 APTO - candidato apresentou, no momento atual de sua vida, perfil psicológico compatível com o perfil do cargo pretendido.

8.6.2 INAPTO - candidato não apresentou, no momento atual de sua vida, perfil psicológico compatível com o perfil do cargo pretendido.

8.6.3 AUSENTE - candidato não compareceu à avaliação psicológica.

8.7 A inaptidão na Avaliação Psicológica não pressupõe a existência de transtornos mentais; indica, tão somente, que o avaliado não atendeu, à época dos exames, aos parâmetros exigidos para o exercício das funções de Policial Militar e Bombeiro Militar.

- 8.8** Para a divulgação dos resultados, será observado o previsto na Resolução nº 01/2002 do Conselho Federal de Psicologia, que cita no caput do seu artigo 6º. que a publicação do resultado da Avaliação Psicológica será feita por meio de relação nominal, constando os candidatos Aptos.
- 8.9** Será facultado ao candidato considerado inapto, e somente a este, tomar conhecimento das razões de sua inaptidão, por meio de entrevista devolutiva a ser solicitada via formulário.
- 8.10** No comparecimento à entrevista devolutiva, o candidato pode ou não estar acompanhado de um psicólogo; caso esteja, esse deverá, obrigatoriamente, estar inscrito no Conselho Regional de Psicologia - CRP. A entrevista devolutiva será exclusivamente de caráter informativo, para esclarecimento do motivo da inaptidão do candidato a propósito seletivo, não sendo, em hipótese alguma, considerada como recurso ou nova oportunidade de realização do teste.
- 8.11** As informações técnicas relativas ao perfil só poderão ser discutidas com o psicólogo que acompanhar o candidato, conforme a legislação vigente da classe. Caso o candidato compareça sozinho à sessão de conhecimento das razões, tais aspectos técnicos não serão discutidos, bem como não será permitido o acesso aos testes realizados.
- 8.12** Após a realização da entrevista devolutiva, será facultado ao candidato solicitar o recurso de sua avaliação, conforme previsto no subitem 14 deste Edital.
- 8.13** A relação dos candidatos considerados APTOS no Exame Psicológico será publicada no Boletim da Corporação e divulgado nos endereços eletrônicos do IBFC www.ibfc.org.br, da Polícia Militar (www.pm.pb.gov.br) e do Corpo de Bombeiro Militar www.bombeiros.pb.gov.br que também poderá ser acessado pelo do Governo Estadual (www.paraiba.pb.gov.br).

9 DO EXAME DE SAÚDE

- 9.1** O Exame de Saúde, de caráter eliminatório, tem por objetivo avaliar o estado geral de saúde, física e mental, do candidato e determinar as condições indispensáveis ao desempenho da atividade militar estadual constará de exames e testes clínicos, bem como de exames laboratoriais.
- 9.2** Será realizado no Centro de Educação da Polícia Militar, sito na Rua Dr. Francisco de Assis Veloso – Mangabeira VII, telefone (83) 3213-9200, nesta Capital, **para o qual os candidatos habilitados serão distribuídos em grupos distintos** e CADA GRUPO SE SUBMETERÁ A ESSE EXAME, nos dias, turnos e horários a serem estabelecidos em ato convocatório, que será divulgado nos endereços eletrônicos da Polícia Militar (www.pm.pb.gov.br) e do Corpo de Bombeiros Militar (www.bombeiros.pb.gov.br) podendo, também, ser acessado pelo endereço eletrônico do Governo Estadual (www.paraiba.pb.gov.br) e publicado nos Boletins das Corporações.
- 9.3** Será executado por comissão designada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e constará dos seguintes exames e testes clínicos e exames laboratoriais:
- 9.3.1 Biométrico:**
- 9.3.1.1** Aferição de altura;
- 9.3.2 Médico-Odontológico:**
- 9.3.2.1** Clínico;
- 9.3.2.2** Acuidade visual (sem correção e com correção permitida);
- 9.3.2.3** Acuidade auditiva (sem prótese ortofônica);
- 9.3.2.4** Bucal.
- 9.3.3 Exames Laboratoriais** – Esses exames deverão ser realizados às expensas do candidato, sendo considerados válidos os originais e que tenham sido expedidos nos últimos 90 (noventa) dias, anteriores à data de realização do exame do candidato, com o objetivo de determinar a emissão de parecer conclusivo sobre o seu estado geral de saúde. Para efeito deste Edital são considerados exames laboratoriais:
- 9.3.3.1** Radiografia do Tórax em PA;

- 9.3.3.2 Eletroencefalograma;
- 9.3.3.3 Teste Ergométrico;
- 9.3.3.4 Teste Audiométrico;
- 9.3.3.5 Escarro: Pesquisa de BAAR;
- 9.3.3.6 Hemograma Completo (inclusive Contagem de Plaquetas);
- 9.3.3.7 Uréia;
- 9.3.3.8 Creatinina;
- 9.3.3.9 Glicemia (em jejum);
- 9.3.3.10 Sorologia para Chagas;
- 9.3.3.11 VDRL;
- 9.3.3.12 Sorologia para Hepatite “B” e “C” (Hbs Ag, anti-Hbc IgG e Ig M, anti-Hbs, anti-HCV);
- 9.3.3.13 Parasitológico de Fezes;
- 9.3.3.14 Sumário de Urina.

9.3.4 Cada um dos exames laboratoriais estabelecidos neste Edital deverá **conter, obrigatoriamente, o nome e o número de identidade do candidato**, de modo que esses dados sejam grafados nos mesmos padrões (impresso, datilografado ou manuscrito) do documento emitido pelo(s) hospital(ais)/clínica(s)/laboratório(s) responsável(eis).

9.3.5 Os exames laboratoriais deverão ser entregues, impreterivelmente, nas datas, turnos e horários definidos no ato convocatório, momento em que o candidato se apresentará para a realização do Exame de Saúde, sob pena de eliminação. Esses exames deverão ser anexados à ficha individual do candidato relativa ao Exame de Saúde, não sendo possível, pois, a devolução aos candidatos após a sua entrega.

9.3.6 Após a análise dos exames laboratoriais e inspeção de saúde nos candidatos, a Comissão do Exame de Saúde emitirá parecer conclusivo individual da **aptidão** ou **inaptidão** de cada um, que deverá ser assinado pelos médicos integrantes da referida Comissão e registrado em ata, que deverá ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Comissão do Exame de Saúde.

9.3.7 **São condições incapacitantes no Exame de Saúde para Matrícula no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar:**

- a) **Cabeça e Pescoço** – Deformações; perdas extensas de substância; cicatrizes deformantes, aderentes ou antiestéticas; contrações musculares anormais; cisto braquial; higroma cístico de pescoço e fístulas.
- b) **Ouvido e Audição** – Deformidades ou agenesia do pavilhão auricular; anormalidade do conduto auditivo e tímpano, infecções crônicas recidivantes, otite média crônica, labirintopatias, tumores e perdas auditivas acima de 30 decibéis na média aritmética obtida dos resultados das frequências de 500, 1000 e 2000 Hz, em qualquer dos ouvidos e sem prótese ortofônica, verificadas em teste audiométrico.
- c) **Olhos e Visão** – Infecções e processos inflamatórios, excetuando-se conjuntivite agudas e hordéolo; ulcerações, tumores, excetuando cisto benigno palpebral; opacificações, sequelas de traumatismo ou de queimaduras; doenças congênitas e deformidades congênitas ou adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais; anormalidades funcionais significativas e diminuição da acuidade visual além da tolerância permitida; lesões retinianas, doenças neurológicas ou musculares oculares; discromatopsia de grau acentuado. A cirurgia refrativa (ceratotomia) realizada num período superior a 24 meses não é incapacitante.
- d) **Boca, Nariz, Laringe, Faringe, Traquéia e Esôfago** – Anormalidades estruturais congênitas ou não, desvio acentuado de septo nasal, mutilações, tumores, atresia e retrações; sequelas de agentes nocivos; fístulas congênitas ou adquiridas; infecções crônicas ou recidivantes; deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação e deglutição; doenças alérgicas do trato respiratório.
- e) **Dentes** – Estado sanitário geral deficiente, infecções, má oclusão com comprometimento funcional (muscular e/ou articular) ou das estruturas do suporte dental; tumores; restaurações; próteses insatisfatórias e deficiências funcionais. Para restabelecer as condições normais de estética e mastigação, tolera-se a prótese dental, desde que o inspecionado apresente os dentes naturais, conforme o mencionado nos “índices mínimos”.

- f) **Pele e Tecido Celular Subcutâneo** – Infecções crônicas ou recidivantes, inclusive a acne com processo inflamatório agudo ou que impeça o barbear; micoses extensas, infectadas ou cronicadas; parasitoses cutâneas extensas, eczemas alérgicos cronicados ou infectados; expressões cutâneas das doenças autoimunes, manifestações das doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes, comprometendo a função estética; nervos vasculares extensos ou antiestéticos, perfuração do pavilhão auricular, que deverá ser corrigida antes da matrícula.
- g) **Pulmões e Parede Torácica** – Deformidade relevante congênita ou adquirida da caixa torácica; função respiratória prejudicada; doença e defeitos, congênitos ou adquiridos; infecções bacterianas ou micóticas; doenças imunoalérgicas do trato respiratório inferior com passado recente ou em atividade (importante colher história patológica pregressa); fístula e fibrose pulmonar difusa, tumores malignos e benignos dos pulmões e pleura, anormalidades radiológicas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida e sem comprometimento funcional.
- h) **Sistema cardiovascular** – Anormalidades congênitas ou adquiridas; infecções, inflamações, arritmias, doenças do pericárdio, miocárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração, anormalidades do feixe de condução e outras detectadas no Teste Ergométrico relacionadas a doenças coronarianas, valvulares ou miocárdicas; doenças orovalvulares; síndrome de pré-excitação; hipotensão arterial com sintomas; hipertensão arterial e taquisfigmia; alterações significativas da silhueta cardíaca no exame radiológico; doença venosas, arteriais e linfáticas. **O prolapso mitral sem regurgitação por meio da válvula mitral e sem repercussão hemodinâmica verificada em ECO-DOPPLER não é incapacitante.**
- i) **Abdômen e Trato Intestinal** – Anormalidade da parede (ex.: Hérnias, fístulas), à inspeção ou palpação; visceromegalias; infecções, esquistossomose e outras parasitose graves (ex.: doença de chagas, calazar, malária, amebíase extra-intestinal); micoses profundas; história de cirurgia significativa ou ressecção importante (solicitar relatório cirúrgico, descrevendo o que foi realizado no ato operatório); doenças hepáticas e pancreáticas; lesões do trato gastrointestinal; distúrbios funcionais, desde que significativos; tumores benignos e malignos.
- j) **Aparelho Genito-Urinário** – Anormalidade congênitas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias, tumores; infecções e outras lesões demonstráveis no exame de urina e testículo localizado fora de sua bolsa é incapacitante. **A existência de testículo único, desde que na bolsa, não é incapacitante, assim como também não o é a hipospadia balânica.**
- k) **Aparelho Ósteo-Mio-Articular** – Doenças e anormalidades dos ossos e articulações, congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásicas e traumáticas; desvio ou curvaturas anormais significativos da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração na estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e seqüelas de cirurgias. No caso de pé plano e curvatura discreta da coluna vertebral **(neste caso, convém solicitar o parecer especializado para avaliação de sintomas)**, distúrbios funcionais orgânicos e vício postural.
- l) **Doenças Metabólicas e Endócrinas** – "Diabetes Mellitus", tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção hipofisária e tiroideana sintomática; tumores da tiróide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumores de supra renal e suas disfunções congênitas ou adquiridas; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica.
- m) **Sangue e Órgãos Hematopoiéticos** – Alterações significativas do sangue e órgãos hematopoiéticos. A história é importante nas doenças hemorrágicas. Alterações hematológicas consideradas significativas deverão ser submetidas a parecer especializado.
- n) **Doenças Neuropsiquiátricas** – Distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias, incoordenações, tremores, paresias e paralisias, atrofias e fraquezas musculares. Avaliar cuidadosamente a história, para detectar síndrome convulsiva, distúrbios de consciência, distúrbios comportamentais e de personalidade.
- o) **Tumores e Neoplasias** – Qualquer tumor maligno; tumores benignos, dependendo da localização, repercussão funcional, potencial evolutiva ou comprometimento estético importante. Se o perito julgar insignificante pequenos tumores benignos (ex.: cisto sebáceo, lipoma), deverá justificar sua conclusão.
- p) **Doenças Sexualmente Transmissíveis** – Qualquer Doença Sexualmente Transmissíveis em atividade, é incapacitante.

- q) **Condições Ginecológicas** – Neoplasias, ooforite, cistos ovarianos não funcionais, salpingite, lesões uterinas e outras anormalidades adquiridas ou congênitas, mastites específicas e tumores da mama.
- r) **Condições Biométricas** – índices em desacordo com os parâmetros indicados neste Edital.
- s) **Outras Condições** – Qualquer condição que possa culminar na não participação do candidato em qualquer das fases dos Exames Complementares, ou que possa comprometer o rendimento do cursando durante o período formacional, é incapacitante. Na hipótese de candidata gestante esta situação deverá ser declarada por escrito, somente podendo realizar o Exame de Aptidão Física mediante **laudo autorizatório de seu Médico Assistente**, dentro dessa especialidade, atestando que a grávida está física, psicológica e emocionalmente em condições de realizar o referido Exame na data anunciada no instrumento editalício e suas ulteriores modificações, e que assume toda e qualquer responsabilidade pelo que acontecer com a mesma, seu embrião ou feto, durante a realização do Exame de Aptidão Física, ou o que vier a acontecer com os mesmos em razão do estado apresentado pela candidata, não competindo à Polícia Militar qualquer ônus ou responsabilidade.

9.3.8 Parâmetros e Índices Admissionais:

- a) **Altura** – altura mínima de 1,65 m (um metro e sessenta e cinco centímetros), para homens, e de 1,60 m (um metro e sessenta centímetros), para mulheres.
- b) **Acuidade Visual** – acuidade mínima de 20/40 em cada olho, **sem correção**, e corrigidos para 20/40 em um olho e 20/30 no outro, **com a melhor correção possível**.
- c) **Senso Cromático** – é admissível discromatopsia de grau leve e médio, sendo incapacitante a de grau acentuado.
- d) **Dentes** – o mínimo exigido é de 16 (dezesesseis) dentes naturais, hígidos ou tratados, com pelo menos 8 dentes na parte superior e 8 na inferior. Tolera-se prótese dental, desde que o inspecionado apresente os dentes naturais exigidos.
- e) **Limites Mínimos de Motilidade**
Extremidade Superior: OMBRO – Elevação para diante de 90 graus, abdução a 90 graus; COTOVELO – flexão a 100 graus, extensão a 15 graus; PUNHO – alcance total a 15 graus; MÃO – supinação/pronação a 90 graus e DEDOS: formação de pinça digital.
Extremidade Inferior: COXO FEMURAL – flexão a 90 graus, extensão a 10 graus; JOELHO – extensão total, flexão a 90 graus e TORNOZELO – dorsiflexão a 10 graus, flexão plantar a 10 graus.
- f) **Índices Cardiovasculares** – pressão arterial medida em repouso e em decúbito dorsal ou sentado.
SISTÓLICA – igual ou menor do que 140 mmHg.
DIASTÓLICA – igual ou menor do que 90 mmHg.
PULSO ARTERIAL MEDIDO EM REPOUSO – índice compreendido entre igual ou maior a 50 bpm e igual ou menor a 100 bpm.
- g) **Índice Audiométrico** – perdas auditivas iguais ou inferiores a 30 decibéis na média aritmética obtida dos resultados das frequências de 500, 1000 e 2000 Hz, em qualquer dos ouvidos e sem prótese ortofônica.

9.3.9 As aferições dos instrumentos utilizados no Exame de Saúde serão de responsabilidade da Comissão Coordenadora do Concurso.

9.3.10 Poderão, ainda, ser exigidos do candidato, às suas expensas, outros exames que se tornem necessários para se chegar a um diagnóstico preciso das suas reais condições de saúde, física e mental, com vistas à matrícula no Curso de Formação de Soldados da PM/BM.

9.3.11 Quando exigidos outros exames, para melhor comprovar o seu estado de saúde, fica o candidato ciente do cumprimento do prazo improrrogável de três dias úteis, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à exigência formal do(s) exame(s), para a entrega dos respectivos resultados, sob pena de ser considerado INAPTO.

9.3.12 A relação dos candidatos considerados APTOS no Exame de Saúde será publicada nos Boletins das Corporações e divulgada nos endereços eletrônicos da Polícia Militar (www.pm.pb.gov.br) e Corpo de Bombeiro Militar (www.bombeiros.pb.gov.br), que também poderá ser acessado pelo do Governo Estadual (www.paraiba.pb.gov.br).

10 DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA

- 10.1** O Exame de Aptidão Física, de caráter eliminatório, tem por objetivo avaliar a capacidade de realização de esforços e a resistência à fadiga física do candidato, visando a selecionar aqueles que apresentem as condições necessárias para o desempenho da atividade militar estadual, nos graus hierárquicos iniciais e subseqüentes da carreira.
- 10.2** Será realizado em local definido no ato convocatório, **para o qual estarão automaticamente habilitados os candidatos considerados aptos no Exame de Saúde**, OBSERVADOS OS GRUPOS, dias, turnos e horários a serem estabelecidos em ato convocatório que será divulgado no endereço eletrônico da Polícia Militar (www.pm.pb.gov.br) e Corpo de Bombeiro Militar (www.bombeiros.pb.gov.br) que também poderá ser acessado pelo do Governo Estadual (www.paraiba.pb.gov.br) e publicado nos Boletins das Corporações.
- 10.3** Será executado por comissões designada pelos Comandantes-Gerais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar e constará de exercícios específicos, obedecendo aos padrões adotados pela Corporação, sendo exigidos os padrões mínimos, por prova, elencados nos quadros abaixo:

CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO			
PROVA	ATIVIDADE	TEMPO MÁXIMO	TENTATIVAS
Flexões de braços na barra fixa	5 (cinco) repetições	-	2 (duas)
Corrida rasa	100 metros	16 seg. 00 mil.	2 (duas)
Corrida de fundo	2.400 metros	12 min. 00 seg.	1 (uma)
Abdominal	35 repetições	1 min. 00 seg.	2 (duas)
Salto em altura	1,20 metros	-	3 (três)
* Natação	50 metros	1 min. 00 seg.	1 (uma)

* Somente para os candidatos concorrentes às vagas Bombeiro Militar

CANDIDATOS DO SEXO FEMININO			
PROVA	ATIVIDADE	TEMPO	TENTATIVAS
Suspensão na barra fixa	1 (uma) suspensão na barra fixa	Mínimo 10 seg. 00 mil.	2 (duas)
Corrida rasa	100 metros	Máximo 20 seg. 00 mil.	2 (duas)
Corrida de fundo	2.100 metros	Máximo 12 min 00 seg.	1 (uma)
Abdominal	30 repetições	Máximo 1 min. 00 seg.	2 (duas)
Salto em altura	1,00 metro	-	3 (três)
* Natação	50 metros	1 min. 30 seg.	1 (uma)

* Somente para as candidatas concorrentes às vagas Bombeiro Militar

- 10.3.1** Para a realização do Exame de Aptidão Física, o candidato deverá observar as condições gerais de execução, por prova e sexo, de acordo com as exigências abaixo:

10.3.1.1 FLEXÃO DE BARRA FIXA – 05 (cinco) repetições – Masculino – Sem tempo definido.

Para essa prova são condições gerais de execução:

- a) a barra deve ser instalada a uma altura suficiente para que o candidato, mantenha-se pendurado com os cotovelos em extensão, e não tenha contato dos pés com o solo. O estilo da pegada no exercício é o da pronação e as mãos devem ficar equidistantes às respectivas colunas de sustentação. Após assumir a posição inicial, o candidato deverá elevar seu corpo até que seu arco mandibular (queixo) passe acima do nível da barra e então deverá retornar seu corpo à posição inicial, devendo realizar a extensão dos cotovelos. O movimento deverá ser repetido tantas vezes quanto possível até que se atinja o número mínimo exigido, sem limite de tempo. **Somente os movimentos completados corretamente serão contados;**
- b) os cotovelos devem estar em extensão total para o início do movimento de flexão;
- c) será permitido repouso na posição inicial entre um movimento e outro;
- d) serão permitidas duas tentativas;
- e) candidato será eliminado se:
 - saltar da barra quando do início do exercício;

- saltar da barra ao término do exercício;
 - apoiar-se com as pernas nas colunas de sustentação das barras fixas, para a realização do exercício;
 - não realizar devidamente o número mínimo de repetições exigido.
- f) ocorrendo uma das hipóteses prevista na letra “e” acima, na primeira tentativa, o candidato terá direito a mais uma.

10.3.1.2 SUSPENSÃO NA BARRA FIXA – Uma suspensão na barra fixa durante o tempo mínimo de 10 seg. e 00 mil. – Feminino.

Para essa prova são condições gerais de execução:

- a) a barra deve ser instalada a uma altura suficiente para que a candidata, mantenha-se pendurada com os cotovelos em flexão, e não tenha contato dos pés com o solo. O estilo da pegada no exercício é o da pronação e as mãos devem ficar eqüidistantes às respectivas colunas de sustentação. A candidata tomará a posição inicial, ultrapassando a linha do arco mandibular (queixo) acima da linha superior da barra fixa. Para a tomada da posição inicial, a candidata poderá optar pelo auxílio de um instrumento de apoio, o qual será retirado tão logo esteja ela em posição. A partir da tomada dessa posição será acionado o cronômetro, devendo a candidata assim permanecer pelo tempo mínimo exigido (10 segundos). Concluído este tempo, a candidata realizará a extensão total dos cotovelos, para depois se retirar da barra;
- b) a cabeça deverá ficar na posição normal, olhando para frente;
- c) serão permitidas duas tentativas;
- d) o arco mandibular (queixo) deve ultrapassar o nível da barra antes de iniciar o exercício;
- e) a candidata será eliminada se:
- abaixar, durante a cronometragem, o arco mandibular da linha superior da barra fixa;
 - utilizar o próprio arco mandibular como apoio na barra fixa;
 - saltar da barra, no início ou ao término do exercício, sem, neste último caso, realizar a extensão total dos braços;
 - não passar o arco mandibular acima da barra horizontal;
 - não realizar devidamente o exercício ou realizá-lo abaixo do tempo mínimo exigido;
- f) ocorrendo uma das hipóteses prevista na letra “e” acima, na primeira tentativa, a candidata terá direito a mais uma.

10.3.1.3 CORRIDA RASA – 100 metros – Masculino – Tempo Máximo: 16 seg. 00 mil. e 100 metros – Feminino – Tempo Máximo: 20 seg. 00 mil.

Para essa prova são condições gerais de execução:

- a) o(a) candidato(a) deverá partir da posição de pé ou da partida baixa, com o pé da frente ficando o mais próximo possível da faixa de largada. Ao sinal de partida, será acionado o cronômetro, que será parado assim que o candidato cruze a faixa de chegada. Será permitida apenas uma tentativa para completar a prova. Porém, caso o candidato queime a largada, será permitida outra, devendo esta ser a segunda e última. O resultado do teste será o tempo de percurso dos 100 metros com precisão de centésimo de segundo.
- b) o (a) candidato(a) será eliminado, nos seguintes casos:
- queimar a largada mais de uma vez;
 - sair da raia determinada pela comissão examinadora, durante a realização do exercício;
 - não completar a distância de 100m ou completá-la acima do tempo máximo permitido.

10.3.1.4 CORRIDA DE FUNDO – 2.400 metros – Masculino – Tempo Máximo: 12 min. e 00 seg. e 2.100 metros – Feminino – Tempo Máximo: 12 min. e 00 seg.

Para essa prova são condições gerais de execução:

- a) o estilo de partida será livre. O(A) candidato(a) tomará posição o mais próximo da faixa de largada. Ao sinal de partida, será acionado o cronômetro, que somente será parado assim que o(a) candidato(a) cruzar a faixa de chegada. Será permitida apenas uma tentativa.
- b) o(a) candidato(a) será eliminado se:
- não completar a prova;
 - completar a prova acima do tempo máximo permitido.

10.3.1.5 ABDOMINAL – 35 Repetições no tempo máximo de um minuto, para o Masculino, e 30 Repetições no tempo máximo de um minuto, para o Feminino.

Para essa prova são condições gerais de execução:

- a) deverá ser realizado o número de repetições, no estilo remador, no tempo máximo estabelecido, conforme o sexo, em uma única tentativa;
- b) o(a) candidato(a) colocar-se-á em decúbito dorsal com o corpo completamente estendido, tendo os braços no prolongamento do corpo. O(A) candidato(a) por contração de musculatura abdominal, curvar-se-á à posição sentada, flexionando simultaneamente os joelhos, pelo menos até o nível em que ocorra a passagem dos braços estendidos e paralelos ao solo, ao lado dos joelhos, tomando-se por base os cotovelos, os quais devem ultrapassar a linha formada pelos joelhos, retornando o(a) candidato(a) a posição inicial (decúbito dorsal) até que toque o solo com as mãos. A partir dessa posição inicia-se um novo movimento. O cronômetro será acionado e travado ao sinal do cronometrista, para o início e término do exercício. O repouso entre os movimentos é permitido. **Os movimentos incompletos não serão computados.**
- c) Deve-se realizar este exercício sobre um colchonete ou tatame.
- d) Não serão computados os exercícios em que a curvatura da articulação do braço/antebraço (correspondente ao cotovelo) não ultrapasse a linha do joelho, bem como, os que faltem coordenação entre tronco e perna.
- e) o(a) candidato(a) será eliminado(a) se:
 - não completar a prova;
 - completar a prova acima do tempo mínimo permitido.

10.3.1.6 SALTO EM ALTURA – Saltar 1,20 metro, no mínimo, para o Masculino, e Saltar 1,00 metro, no mínimo, para o Feminino.

Para essa prova são condições gerais de execução:

- a) partindo da posição de pé, estando a frente da linha imaginária e horizontal do sarrafo, o(a) candidato(a) deverá realizar a aproximação e o conseqüente salto.
- b) o salto deverá ser realizado entre as duas colunas de sustentação do sarrafo, sem derrubá-lo, devendo a impulsão ser realizada apenas com uma das pernas.
- c) o(a) candidato(a) deverá saltar a altura mínima exigida, de acordo com o sexo, dispondo de três tentativas;
- d) não será considerado como tentativa, aquela em que o(a) candidato(a) desista do salto, durante a aproximação, de modo que não tenha ultrapassado ou derrubado o sarrafo. Sendo esse procedimento permitido apenas uma vez em cada tentativa. Caso ocorra mais de uma vez, na mesma tentativa, será computado como se houvesse ocorrido aquela tentativa.
- e) para esta prova poderá ser utilizado qualquer técnica ou estilo, de livre escolha do(a) candidato(a).
- f) o(a) candidato(a) será eliminado(a) se:
 - realizar a impulsão para o salto com as duas pernas simultaneamente;
 - não ultrapassar o sarrafo em todas as tentativas;
 - derrubar o sarrafo em todas as tentativas.

10.3.1.7 NATAÇÃO - Consiste na cobertura de 50m no meio líquido no tempo máximo estipulado aos sexos;

Para essa prova são condições gerais de execução:

- a) a partida se dará no interior da piscina, estando o candidato na posição vertical encostado na sua borda;
- b) ao sinal de partida, será acionado o cronômetro, que somente será parado assim que o candidato toque uma das mãos no local determinado pela Comissão Examinadora, completando a prova;
- c) a prova se dará em tentativa única.

10.4 O objetivo dos testes e provas aqui previstas é avaliar as características ideais para o desempenho da atividade militar estadual, a fim de serem julgadas aptidões como: *FORÇA MUSCULAR, RESISTÊNCIA MUSCULAR, POTÊNCIA MUSCULAR, FLEXIBILIDADE MUSCULAR, APTIDÃO CARDIORESPIRATÓRIA e COORDENAÇÃO NEUROMUSCULAR*, indispensáveis ao bom desempenho do cargo de Soldado da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Estado da Paraíba.

- 10.5** As medidas e aferições dos locais de testes serão da responsabilidade da Comissão do Exame de Aptidão Física.
- 10.6** Para o exame físico, o(a) candidato(a) deverá estar trajando, obrigatoriamente, calção ou short, camiseta e tênis, exceto para a prova de natação, quando o(a) candidato(a) deverá estar com traje de banho apropriado (sunga ou maiô), não sendo permitido o uso de nenhum outro meio que lhe ofereça qualquer vantagem na execução dos exercícios, tais como: luvas, óculos de natação, prancha, nadadeira, palmar, sapatilhas com pregos, etc.
- 10.7** Os candidatos serão avaliados considerando-os APTOS ou INAPTOS.
- 10.8** A relação dos candidatos considerados APTOS no Exame de Aptidão Física será publicada nos Boletins das Corporações e divulgada no endereço eletrônico da Polícia Militar (www.pm.pb.gov.br) e Corpo de Bombeiros Militar (www.bombeiros.pb.gov.br) que também poderá ser acessado pelo do Governo Estadual (www.paraiba.pb.gov.br).

11 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 11.1** A classificação final dos candidatos obedecerá aos critérios definidos neste Edital e somente serão classificados, para efeito de matrícula no Curso de Formação de Soldados PM/BM-2014, o número de candidatos igual ao número de vagas estabelecidas no Item 3.1 deste instrumento editalício.
- 11.2** Após a classificação final haverá a convocação para os candidatos classificados realizarem a pré-matrícula, conforme o Item 15 deste Edital.

12 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

- 12.1** O resultado do concurso será homologado através de Portaria dos Comandantes-Gerais da PMPB e do CBMPB, aos quais caberão autorizar a matrícula no Curso de Formação de Soldados PM/BM/2014, respectivamente. Nesse mesmo ato, as autoridades homologantes convocarão os(as) candidatos(as) classificados(as) para uma pré-matrícula, quando entregarão os documentos exigidos para a matrícula, fazendo consignar data, hora e local para esse fim.

13 DA AVALIAÇÃO SOCIAL

- 13.1** Os candidatos classificados serão submetidos à avaliação social, de caráter eliminatório, para fins de comprovação das exigências contidas no Subitem 2 deste Edital, que constará de pesquisa da conduta pessoal do candidato, com base em documentos oficiais e em informações presentes em formulário peculiar, preenchido pelo próprio candidato.
- 13.2** A Avaliação Social será procedida, respectivamente, por Comissões de Avaliação Social, designadas pelos Comandantes-Gerais da PMPB e do CBMPB que, ao final, emitirão, em Ata, os resultados obtidos pelos candidatos, considerando-os INDICADOS ou CONTRA-INDICADOS para o desempenho da missão de Militar Estadual da Paraíba.
- 13.3** Caso o candidato apresente algum impedimento para o ingresso na Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar nessa avaliação, terá um prazo de dois dias úteis, para apresentar defesa escrita, fundamentada em documentos comprobatórios, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente a informação oficial ao candidato.
- 13.4** Julgadas improcedentes as alegações do candidato ou expirado o prazo de defesa sem a apresentação desta, o candidato será CONTRA-INDICADO, e ocorrerá a sua eliminação do concurso ou o seu desligamento do curso.
- 13.5** A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro Militar do Estado da Paraíba garantirão o sigilo das informações obtidas sobre o candidato, entretanto, a requerimento do próprio candidato, ser-lhe-á informado o motivo de sua eliminação do concurso ou do desligamento do curso.

14.1 Será admitido recurso quanto ao:

- a) indeferimento do pedido de isenção do valor de inscrição;
- b) indeferimento da inscrição;
- c) gabarito e questão do Exame Intelectual;
- d) resultado do Exame Intelectual;
- e) resultado do Exame Psicológico;
- f) resultado do Exame de Saúde;
- g) resultado do Exame de Aptidão Física;
- h) resultado da Avaliação Social.

14.2 O prazo para interposição dos recursos nas alíneas **A, B, C, D e E** do item 14.1 será de **2 (dois) dias**, no horário das **9 horas do primeiro dia às 16 horas do último dia**, ininterruptamente, contados do primeiro dia útil posterior à data de divulgação do ato ou do fato que lhe deu origem, devendo, para tanto, o candidato utilizar o endereço eletrônico www.ibfc.org.br e seguir as instruções contidas.

14.2.1 O candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.ibfc.org.br e preencher em formulário próprio disponibilizado para recurso transmitir eletronicamente, imprimir, assinar e enviar conforme trata o item 14.2.2.

14.2.2 Os recursos previstos, deverão ser encaminhados diretamente ao **IBFC** via SEDEX e/ou por Aviso de Recebimento (AR) à Rua Waldomiro Gabriel de Mello, 86 - Chácara Agrindus - Taboão da Serra – SP – CEP: 06763-020, com o título de **RECURSO – PMPB (especificar a etapa)**, ou ainda serem entregues pessoalmente nos postos de apoio especificados no Anexo II, no horário das 09:00 às 15:00 horas.

14.3 O prazo para interposição dos recursos nas alíneas **F, G e H** do item 14.1 será de **2 (dois) dias**, no horário das **9 horas do primeiro dia às 16 horas do último dia**, ininterruptamente, contados do primeiro dia útil posterior à data de divulgação do ato ou do fato que lhe deu origem.

14.3.1 Os recursos previstos no item 14.3 deverão ser encaminhados por escrito diretamente à **PMPB “Comissão Coordenadora do Concurso”** no Núcleo de Recrutamento e Seleção da Diretoria de Gestão de Pessoas via SEDEX e/ou por Aviso de Recebimento (AR) ou entregar pessoalmente no Quartel do Comando Geral, na Praça Pedro Américo, s/nº - Centro – CEP 58010-340 – João Pessoa – PB, com o título de **RECURSO – PMPB (especificar a etapa)**.

14.4 Admitir-se-á um único recurso, para cada candidato, relativamente ao item 14.1, devidamente fundamentado, não sendo aceito recurso coletivo.

14.5 A comprovação do encaminhamento tempestivo do recurso será feita mediante data de envio ou entrega, sendo rejeitado liminarmente recurso enviado fora do prazo.

14.6 Se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação decorrente das impugnações.

14.7 Quanto ao gabarito, o candidato que se sentir prejudicado deverá apresentar individualmente o seu recurso, devidamente fundamentado e com citação da bibliografia.

14.8 O ponto correspondente à anulação de questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, em razão do julgamento de recurso será atribuído a todos os candidatos.

14.9 Quando resultar alteração do gabarito, a resposta correta será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo.

- 14.10** Caso haja procedência de recurso interposto, poderá eventualmente alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.
- 14.11** Após a publicação do resultado do Exame Psicológico, o candidato poderá comparecer dentro do período previsto para a entrevista de devolução.
- 14.12** Não será permitida a retirada do material de teste do seu local de arquivamento, nem mesmo a sua reprodução. O acesso ao material só poderá ocorrer no dia, hora e local previamente agendado.
- 14.13** Após a entrevista de devolução (entrega do laudo síntese), não concordando com a exposição dos motivos da inaptidão, o candidato poderá interpor recurso.
- 14.14** Caso o candidato interponha recurso contra o resultado do Exame Psicológico, este deverá ser julgado pela banca examinadora, a ser designada, sendo a interposição de recurso, somente cabível após a entrevista de devolução, conforme prazo definido neste Edital.
- 14.15** No prazo do recurso, o candidato encaminhará ao Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC as razões que justifiquem o seu pedido de recurso.
- 14.16** Não serão reconhecidos os recursos de candidatos que não comparecerem na entrevista de devolução.
- 14.17** Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados:
- a) Em desacordo com as especificações contidas neste capítulo;
 - b) Fora do prazo estabelecido;
 - c) Fora da etapa estabelecida;
 - d) Sem fundamentação lógica e consistente;
 - e) Com argumentação idêntica a outros recursos;
 - f) Contra terceiros;
 - g) Recurso interposto em coletivo;
 - h) Cujo teor desrespeite a banca examinadora.
- 14.18** Em hipótese alguma será aceito revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de gabarito final definitivo.
- 14.19** A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 14.20** O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
- 14.21** Serão publicados nos Boletins da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, nos endereços eletrônicos das Corporações (www.pm.pb.gov.br), (www.bombeiros.pb.gov.br) e no endereço eletrônico (www.ibfc.org.br) o resultado dos recursos deferidos, procedendo-se, caso necessário, à reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

15 DA PRÉ-MATRÍCULA

- 15.1** Após a classificação final dos candidatos, conforme o item 11 deste Edital, os candidatos classificados deverão comparecer em data, horário e local, a serem determinados nas Portarias de Homologação, a fim de apresentar e, conforme o caso, entregar, os seguintes documentos:
- 15.1.1** Original da Cédula de Identidade, do CPF e do PIS/PASEP, assim como cópias autenticadas dos mesmos;
 - 15.1.2** 02 (duas) Fotos 3X4 coloridas recentes (descoberto e de frente);
 - 15.1.3** Original da Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso, assim como cópias autenticadas dos mesmos;

- 15.1.4** Original do Título de Eleitor e do comprovante de que está em dia com as obrigações eleitorais, assim como cópias autenticadas dos mesmos;
- 15.1.5** Original do documento comprobatório de quitação com o Serviço Militar, exceto para candidatos do sexo feminino;
- 15.1.6** Original do Certificado de conclusão do Ensino Médio (2º Grau), ou equivalente, e Histórico Escolar, assim como cópias autenticadas dos mesmos;
- 15.1.7** Atestado de Bons Antecedentes, fornecido pela Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SEDS), ou Declaração de Conduta, se se tratar de Militar das Forças Armadas ou de outras PMs;
- 15.1.8** Certidão Criminal, fornecida pela Justiça Estadual, referente aos últimos 5 (cinco) anos, expedida no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 15.1.9** Certidão Criminal, fornecida pela Justiça Federal, referente aos últimos 5 (cinco) anos, expedida no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 15.1.10** Atestado de Boa Conduta fornecido pelo Estabelecimento de Ensino em que estuda ou estudou o ensino médio ou equivalente.

15.2 Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas, com o apoio das Comissões Coordenadoras do Concurso, o recebimento da documentação acima mencionada, que deverá ser arquivada em ficha própria de cada candidato.

16 DA MATRÍCULA

16.1 Compete ao Centro de Educação da PMPB a matrícula no Curso de Formação de Soldados PM/ 2014, e à Diretoria de Ensino e Instrução do CBMPB a matrícula no Curso de Formação de Soldados BM/ 2014.

16.2 Perderá o direito à matrícula no Curso de Formação de Soldados PM/BM/2014 o candidato que não apresentar, nas datas, horários e locais estabelecidos para tal ato, a documentação exigida neste Edital para essa finalidade.

17 DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAL MILITAR

17.1 O Curso de Formação de Soldados tem um currículo com 1.300 horas-aulas e será ministrado no Centro de Educação (CE) e nos Núcleos de Formação de Praças (NFAP), em regime de tempo integral, com duração aproximada de 9 (nove) meses, de acordo com o quadro abaixo:

OPM	SEDE	COMPOSIÇÃO DAS TURMAS		Comandos Regionais
		MASCULINO	FEMININO	
Centro de Educação	João Pessoa	250	10	CPRM
NUFAP 2º BPM	Campina Grande	100	06	CPR I
NUFAP 4º BPM	Guarabira	30	04	CPR I
NUFAP 11º BPM	Monteiro	30	00	CPR I
NUFAP 3º BPM	Patos	56	04	CPR II
NUFAP 6º BPM	Cajazeiras	28	02	CPR II
TOTAL		494	26	

17.2 A composição das turmas será realizada pelo Centro de Educação, utilizando como critérios, dentro de cada Comando Regional, o número de vagas de cada NUFAP e a opção do candidato pela cidade sede da formação, devendo a consulta obedecer rigorosamente à ordem de classificação no certame.

17.3 Os candidatos matriculados no Curso de Formação de Soldados PM/2014 estarão sujeitos à Avaliação Social, cujos resultados definirão a sua permanência ou o seu desligamento do curso.

17.4 Será observado o prazo máximo de quinze dias do início do Curso de Formação de Soldados PM/2014, para o preenchimento de vagas abertas, decorrentes de desistência de candidatos e/ou verificação de incompatibilidade social do candidato para o exercício do Cargo de Soldado da Polícia Militar da Paraíba.

- 17.5** O candidato que durante as atividades do Curso de Formação de Soldados PM/2014, torne-se incapaz definitivamente para o serviço ativo da Polícia Militar, consoante parecer da Junta Médica Especial da PMPB, fará jus a reforma por invalidez, conforme o previsto em lei.
- 17.6** O candidato que durante as atividades do Curso de Formação de Soldados PM/2014 for vítima de acidente fatal deixará aos seus dependentes legais uma pensão conforme a lei.
- 17.7** Ao terminar o Curso de Formação de Soldados PM/2014, com aproveitamento, o concluinte será efetivado no cargo de Soldado da Polícia Militar do Estado da Paraíba, no Símbolo PM-02, com os direitos e obrigações inerentes ao cargo, conforme dispõe o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar da Paraíba, sendo lotado em uma das OPM's que integram o Comando de Policiamento Regional para o qual concorreu às vagas, conforme item 3.1 e Anexo I deste Edital.
- 17.8** O prazo mínimo de permanência em OPM para fins de movimentação é, normalmente, de 4 (quatro) anos, conforme estabelecido no artigo 32 do Decreto Nº 9.143, de 08 de setembro de 1981 (Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças).
- 17.9** A classificação obtida pelo candidato durante a realização do Curso de Formação de Soldados PM/2014 é que determinará a ordem de antiguidade na respectiva turma.

18 DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS BOMBEIRO MILITAR

- 18.1** O Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar tem um currículo com 1.070 horas-aulas e será ministrado Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (QCGBM) – no Centro de Ensino e Instrução - CEI, em regime de tempo integral, com duração aproximada de 8 (oito) meses.
- 18.2** Os candidatos matriculados no Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar 2014 estarão sujeitos à Avaliação Social, cujos resultados definirão a sua permanência ou o seu desligamento do curso.
- 18.3** Será observado o prazo máximo de quinze dias do início do Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar 2014, para o preenchimento de vagas abertas, decorrentes de desistência de candidatos e/ou verificação de incompatibilidade social do candidato para o exercício do Cargo de Soldado do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba.
- 18.4** O candidato que durante as atividades do Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar 2014, torne-se incapaz definitivamente para o serviço ativo do Corpo de Bombeiro Militar, consoante parecer da Junta Médica Especial da PMPB, fará jus a reforma por invalidez, conforme o previsto em lei.
- 18.5** O candidato que durante as atividades do Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar 2014 for vítima de acidente fatal deixará aos seus dependentes legais uma pensão conforme a lei.
- 18.6** Ao terminar o Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar 2014, com aproveitamento, o concluinte será efetivado no cargo de Soldado do Corpo de Bombeiro Militar do Estado da Paraíba, no com os direitos e obrigações inerentes ao cargo, conforme dispõe o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar da Paraíba, sendo lotado em uma das OBM's que integram o Comando Regional de Bombeiro Militar para o qual concorreu às vagas, conforme item 3.1 e Anexo I deste Edital.
- 18.7** O prazo mínimo de permanência em OBM para fins de movimentação é, normalmente, de 4 (quatro) anos, conforme estabelecido no artigo 32 do Decreto Nº 9.143, de 08 de setembro de 1981 (Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças).

19 DA ELIMINAÇÃO

- 19.1** Será eliminado do Concurso, por ato da sua Comissão Coordenadora, o candidato que incorrer em quaisquer das seguintes situações:
- 19.1.1** Faltar a qualquer um dos exames;
 - 19.1.2** Chegar atrasado a qualquer um dos exames;
 - 19.1.3** Desrespeitar as determinações relativas à execução dos exames;

- 19.1.4 Não apresentar cédula de identidade, quando da realização dos exames;
- 19.1.5 Tentar ou utilizar meios fraudulentos na realização dos exames;
- 19.1.6 For considerado INAPTO ou CONTRA-INDICADO em qualquer das etapas do concurso;
- 19.1.7 Não preencher os requisitos para a matrícula;
- 19.1.8 Deixar de apresentar a documentação exigida para a matrícula;
- 19.1.9 Não formalizar ou não comparecer à matrícula no curso, no prazo fixado;
- 19.1.10 Ocultar ou adulterar qualquer informação. Neste caso, a eliminação ocorrerá tão logo seja descoberta a irregularidade, mesmo depois de efetuada a matrícula no Curso ou durante este;
- 19.1.11 Convocado para o curso, não se apresentar no período designado ou desistir expressamente dele;
- 19.1.12 Não apresentar os exames laboratoriais, exigidos neste edital, dentro do prazo estabelecido, ou apresentá-los sem o nome e/ou o número de identidade do candidato;
- 19.1.13 Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês;
- 19.1.14 Afastar-se da sala de aplicação das provas do Exame Intelectual sem acompanhamento do fiscal, durante a sua realização;
- 19.1.15 Deixar de assinar as atas de frequência em quaisquer dos Exames;
- 19.1.16 Durante a realização do Exame Intelectual, for surpreendido com a posse de material não autorizado; comunicando-se com outros candidatos ou com terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro processo;
- 19.1.17 Contrariar qualquer dispositivo estabelecido no presente Edital.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 20.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público no Diário Oficial do Estado, no endereço eletrônico do IBFC www.ibfc.org.br, da Polícia Militar www.pm.pb.gov.br e do Corpo de Bombeiros Militar www.bombeiros.pb.gov.br.
- 20.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, e nos demais avisos, comunicados, erratas e editais complementares que vierem a ser publicados para a realização deste Concurso Público, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 20.3 A qualquer tempo, a inscrição que não atenda a todas as condições estabelecidas neste Edital será automaticamente cancelada, implicando, por conseguinte, na eliminação do candidato.
- 20.4 A inexatidão ou falsidade documental implicará em:
 - 20.4.1 eliminação do Concurso, se durante o mesmo;
 - 20.4.2 desligamento do Curso, se durante o Curso de Formação de Soldados;
 - 20.4.3 licenciamento Ex-Officio, observadas as formalidades legais, após a inclusão nas Corporações.
- 20.5 A aprovação e a não classificação do Candidato, dentro das vagas fixadas, não geram qualquer direito, além da expedição de documento declaratório do resultado obtido, mediante requerimento do interessado, nos termos do Art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição Federal.
- 20.6 Será impedido de realizar qualquer Prova ou Exame o candidato que comparecer trajando roupa de banho ou trajes similares, exceto a prova de natação para os candidatos do CBMPB.
- 20.7 O candidato que for eliminado em qualquer Prova ou Exame não poderá realizar as subsequentes.
- 20.8 O candidato deverá frequentemente consultar o endereço eletrônico do IBFC www.ibfc.org.br, da Polícia Militar www.pm.pb.gov.br e do Corpo de Bombeiros Militar www.bombeiros.pb.gov.br, para verificar as informações que lhe são pertinentes, referentes à execução do Concurso Público, até a data de homologação.

- 20.9** Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
- 20.10** Não serão fornecidos, pelo IBFC, exemplares de provas relativas a Concurso Públicos anteriores.
- 20.11** A PMPB, o CBMPB e o IBFC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste Concurso Público, ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.
- 20.12** Correrão por conta exclusiva do candidato quaisquer despesas com documentação, interposição de recurso, material, laudos médicos ou técnicos, atestados, deslocamentos, viagem, alimentação, estada e outras decorrentes de sua participação no Concurso Público.
- 20.13** A desistência do candidato classificado, por qualquer motivo, importará na convocação daquele que o suceder na ordem de classificação, observado o que estabelece o Subitem 17.4 deste Edital.
- 20.14** A PMPB, o CBMPB e o IBFC não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
- a) endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado;
 - b) endereço residencial desatualizado;
 - c) endereço residencial de difícil acesso;
 - d) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas;
 - e) correspondência recebida por terceiros; e
 - f) dentre outras informações divergentes e/ou errôneas, tais como: dados pessoais, telefones e documentos.
- 20.15** Qualquer informação relativa ao Concurso Público poderá ser obtida na central de atendimento do IBFC, telefone: (11) 4788-1430, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 17:00 horas horário de Brasília ou através do site www.ibfc.org.br (fale conosco), ou no Núcleo de Recrutamento e Seleção da PMPB, telefone (83)3218-5948, ou ainda na Diretoria de Pessoal do CBMPB, telefone (83) 3218-5724.
- 20.16** A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 20.17** Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.
- 20.18** As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pelo IBFC, no que couber e pelas Comissões Coordenadoras da PMPB e do CBMPB.
- 20.19** Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico do IBFC www.ibfc.org.br ou Diário Oficial do Estado e sites das corporações www.pm.pb.gov.br e www.bombeiros.pb.gov.br.

João Pessoa, 29 de abril de 2014.

MARCOS ALEXANDRE DE OLIVEIRA SOBRERA – Cel PM
Presidente da Comissão Coordenadora da PMPB

DENIS DA SILVA NERY – Cel BM
Presidente da Comissão Coordenadora do CBMPB

ANEXO I

RELAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DA PMPB POR COMANDO DE POLÍCIAMENTO REGIONAL

COMANDO REGIONAL	UNIDADE/CPMI	SEDE
Comando de Policiamento da Região Metropolitana CPRM	1º BPM	João Pessoa
	5º BPM	João Pessoa
	7º BPM	João Pessoa
	1ª CIMP	Alhandra
	2ª CIPM	Mamanguape
	4ª CIPM	Bayeux
	6ª CIPM	Cabedelo
Comando de Policiamento Regional I CPR-I	2º BPM	Campina Grande
	10º BPM	Campina Grande
	4º BPM	Guarabira
	8º BPM	Itabaiana
	9º BPM	Picuí
	11º BPM	Monteiro
	3ª CIPM	Queimadas
Comando de Policiamento Regional II CPR-II	3º BPM	Patos
	6º BPM	Cajazeiras
	12º BPM	Catolé do Rocha
	13º BPM	Itaporanga
	14º BPM	Sousa
	5ª CPMI	Princesa Isabel

RELAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO CBMPB POR COMANDO REGIONAL BOMBEIRO MILITAR

COMANDO REGIONAL	UNIDADE/CPMI	SEDE
1º Comando Regional de Bombeiro Militar 1º CRBM	QCG	João Pessoa
	1º BBM	João Pessoa
	1ª CIBM	Cabedelo
	BBS	João Pessoa
	BAPH	João Pessoa
2º Comando Regional de Bombeiro Militar 2º CRBM	2º BBM	Campina Grande
	3º BBM	Guarabira
3º Comando Regional de Bombeiro Militar 3º CRBM	4º BBM	Patos
	5º BBM	Cajazeiras
	6º BBM	Sousa

LOCAL	Endereço
IBFC – Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação	Escritório do IBFC, Av. Epitácio Pessoa, 1251, Torre, Sala 804, João Pessoa - PB
2º BPM	Rua Dom Pedro I, nº 768, São José, Campina Grande - PB
3º BPM	Rua Enaldo Torres Fernandes, s/n, Jardim Lacerda, Patos - PB
6º BPM	Rua Leonardo Rolim, s/n, Remédios, Cajazeiras- PB

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e intelecção de textos. 2. Tipologia textual. 3. Coesão e coerência. 4. Figuras de linguagem. 5. Ortografia. 6. Acentuação gráfica. 7. Emprego do sinal indicativo de crase. 8. Formação, classe e emprego de palavras. 9. Sintaxe da oração e do período. 10. Pontuação. 11. Concordância nominal e verbal. 12. Colocação pronominal. 13. Regência nominal e verbal. 14. Equivalência e transformação de estruturas. 15. Paralelismo sintático. 16. Relações de sinonímia e antonímia.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Lógica proporcional. 2. Argumentação lógica. 3. Raciocínio seqüencial. 4. Raciocínio lógico quantitativo. 5. Raciocínio lógico analítico. 6. Diagramas lógicos. 7. Análise combinatória. 8. Probabilidade.

GEOGRAFIA DA PARAÍBA

1. Formação do território paraibano. 2. Geografia física: relevo, clima, vegetação, hidrografia. 3. Geografia humana: aspectos econômicos, sociais e culturais.

HISTÓRIA DA PARAÍBA

O sistema de Capitâneas Hereditárias e a anexação do território da Paraíba à capitania de Pernambuco; A criação da Capitania da Paraíba: As expedições de conquista da Paraíba(1574-1585); O europeus na Paraíba; Os povos indígenas na Paraíba; A fundação da Paraíba; Os Holandeses na Paraíba; A Inquisição na Paraíba e a expulsão dos Jesuítas; A Paraíba e a independência do Brasil; A Paraíba e a Revolução Praieira; O Ronco da Abelha na Paraíba; A Paraíba e a Guerra do Paraguai; A Revolta do Quebra-Quilos; A Revolta de Princesa; O Movimento Revolucionário de 1930; A Paraíba e a Revolução constitucionalista de 1932; A Paraíba e a intentona Comunista de 1935; A Paraíba e a Segunda Guerra Mundial; A Paraíba e as ligas Camponesas.

NOÇÕES DE DIREITO

Noções de Direito Constitucional

1. Dos Direitos e Garantias Fundamentais em Espécie; 1.2. Direito à vida; 1.2. Direito à Liberdade; 1.3. Princípio da Igualdade (Art. 5º I); 1.4. Princípio da legalidade e da Anterioridade Penal (Art. 5º II, XXXIX); 1.5. Liberdade da Manifestação do Pensamento (Art. 5º IV); 1.6. Inviolabilidade da Intimidade. Vida Privada, Honra

e Imagem (Art. 5º X); 1.7. Inviolabilidade do Lar (Art. 5º XI); 1.8. Sigilo de Correspondência e de Comunicação (Art. 5º XII); 1.9. Liberdade de Locomoção (Art. 5º XV); 1.10. Direito de Reunião e de Associação (Art. 5º XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI); 1.11. Direito de Propriedade (Art. 5º XXII e XXIII); 1.12. Vedação ao Racismo (Art. 5º XLII); 1.13. Garantia às Integridades Física e Moral do Preso (Art. 5º XLIX); 1.14. Vedação às Provas Ilícitas (Art. 5º LVI); 1.15. Princípio da Presunção de Inocência (Art. 5º LVII); 1.16. Privilegia Contra a Auto- Incriminação (Art. 5º LXIII). 2. Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42); 3. Da Segurança Pública (art.144).

Noções de Direito Penal

1. Princípios constitucionais do Direito Penal. 2. A lei penal no tempo. 3. A lei penal no espaço. 4. Interpretação da lei penal. 5. Infração penal: espécies. 6. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal. 7. Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. 8. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. 9. Imputabilidade penal. 10. Concurso de pessoas. 11 Crimes contra a pessoa (homicídio, das lesões corporais, da rixa). 12. Crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro). 13. Crimes contra a administração pública (peculato e suas formas, concussão, corrupção ativa e passiva, prevaricação).

Noções de Direito Processual Penal

Inquérito Policial. Da ação penal: Espécies. Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.

Noções de Direito Militar

Estatuto dos Policiais Militares da Paraíba (Lei 3.909/77): Da Hierarquia e da Disciplina (Art. 12 à 19), Do Valor Policial Militar (Art. 26), Da Ética Policial Militar (Art. 27 à 29), Dos Deveres Policiais Militares (Art. 30), Do Compromisso Policial Militar (Art. 31), Do Comando e da Subordinação (Art. 33 à 39). Lei Complementar Estadual nº 87/2008. Crime militar: caracterização do crime militar (art. 9º do CPM); propriamente e impropriamente militar. Violência contra superior (art.157 CPM); Violência contra inferior (art.175 CPM); Abandono de Posto (art.195 CPM); Embriaguez em serviço (art. 202 CPM); Dormir em serviço (art. 203 CPM). Justiça Militar Estadual. Art. 125, §§ 3º, 4º e 5º CF/88; Art. 187 a 198 da Lei Complementar 096/10 (Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba).

Legislação Extravagante

Lei nº 4.898/65 (Abuso de Autoridade). Lei nº 8.072/90 (Crimes Hediondos). Lei nº 9.455/97 (Tortura). Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Das disposições Preliminares (Art. 1º à 6º), Da prevenção (Art. 70 à 85), Da Política de Atendimento (Art.86 à 97), Das medidas de proteção (Art. 98 à 102), Da prática de Ato Infracional (Art. 103 à 128), Das medidas Pertinentes aos Pais ou responsável (Art. 129 e 130), Do Conselho Tutelar (Art.131 à 140). Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).

Noções de Sociologia

Reivindicações populares urbanas. Movimentos sociais e lutas pela moradia. Movimentos sociais e educação. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. Classes Sociais e movimentos sociais.